

RECURSO ESPECIAL Nº 1.670.413 - RJ (2017/0105664-4)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ARGE RODRIGUES DRUMOND - SUCESSÃO
ADVOGADO : EISENHOWER DIAS MARIANO - RJ056550
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por ARGE RODRIGUES DRUMOND - SUCESSÃO, fundado na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2a. Região, assim ementado:

DIREITO PROCESSUAL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALECIMENTO DA PARTE AUTORA. DEFICIÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO POSTULATÓRIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Agravo de instrumento contra a decisão de primeiro grau que, nos autos da ação ordinária, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença que extinguiu a execução, em razão do cumprimento integral da obrigação; o óbito da autora ocorrido em 24/11/1992, as intimações dos sucessores para habilitação, conforme certidões positivas nos autos, não conheceu dos embargos de declaração opostos pelo patrono, sem regular representação nos autos, nos termos do art. 6º, c/c artigos 14, V, 37 e 499 § 1º, do CPC, determinando, ainda, a exclusão do nome do patrono do sistema e da capa dos autos, e remessa dos autos à central de arquivamento, cientificando o patrono sobre a incidência do art. 17, do CPC, ante novas tentativas de obstaculizar a ordem.

- Com óbito da parte autora extingue-se, também, a obrigação contratual entre o advogado e a parte autora. Deste modo, o presente agravo foi interposto pelo advogado quando já cessado seu poder de representação.

- Não conhecimento do agravo de instrumento, em vista da deficiente representação da parte.

2. Nas razões do seu Recurso Especial, sustenta o recorrente que o acórdão recorrido viola os arts. 674, 682 e 689 do CC, 112 da Lei 8.213/1991, 265 do CPC, 23 e 24, I da Lei 8.906/1994, ao argumento de que o processo não poderá ser extinto antes da devida intimação pessoal dos sucessores do autor para

que promovam a sucessão ou substituição processual. Argumenta que não é razoável que a intimação seja direcionada ao advogado, somente para alguns atos processuais e, posteriormente, com a resposta ou o recurso, não tenha mais ele, o advogado intimado, “poderes” ou “legitimidade” para peticionar.

3. É o relatório.

4. Sustenta o recorrente, em síntese, que não tendo a lei fixado prazo para a habilitação, não há que se falar em extinção da execução por ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento, quando os sucessores do primitivo autor não foram intimados pessoalmente para promoverem a habilitação processual nos autos.

5. Sustenta a parte recorrente, em preliminar, negativa de prestação jurisdicional. O inconformismo não prospera, porquanto a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente. Deve-se salientar que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes.

6. No mérito, a realidade retratada no acórdão recorrido destoa da argumentação apresentada no Recurso Especial.

7. A Corte de origem consignou que o processo seguiu o tramite legal, havendo suspensão do feito com o óbito do autor. Ato contínuo foi determinada a intimação por edital de eventuais sucessores, tendo em vista que o causídico também não logrou em promover a habilitação de legítimos herdeiros.

8. De fato, este Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que a habilitação dos sucessores em razão de óbito do autor é procedimento obrigatório e que sua inobservância é causa de afronta ao inciso I do § 1o. do art. 265 do CPC/1973. Contudo, tal afronta só se verifica na hipótese em que a

instância ordinária não cumpre o dever de promover a citação de todos os integrantes da relação processual originária, bem como de seus sucessores, nas hipóteses de falecimento, sob pena de extinção da ação sem julgamento de mérito. Veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. CITAÇÃO. IRREGULARIDADE.

I - As partes que figuram no polo passivo da demanda originária são litisconsortes passivos necessários nos autos da ação rescisória correspondente, uma vez que eventual sentença de procedência atingirá a esfera jurídica de cada uma delas. Precedentes.

II - O artigo 47 do CPC dispõe que, nos casos de litisconsórcio necessário, "a eficácia da sentença dependerá da citação de todos os litisconsortes no processo".

III - Este Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que a habilitação dos sucessores em razão de óbito do réu é procedimento obrigatório e que sua inobservância é causa de afronta ao inciso I do § 1º do art. 265 do CPC. Precedentes.

IV - De rigor, portanto, a citação de todos os integrantes da relação processual originária, bem como de seus sucessores, nas hipóteses de falecimento, sob pena de extinção da ação sem julgamento de mérito.

V - Quanto à regularidade da citação, o parágrafo único do art. 1.057 do CPC assinala que "a citação será pessoal, se a parte não tiver procurador constituído na causa". Destarte, não há como considerar regularmente cientificado o destinatário que não recebeu pessoalmente o aviso de recebimento, ainda que para fins de habilitação.

VI - "A propositura de ação rescisória sem a presença, no polo passivo, de litisconsorte necessário somente comporta correção até o prazo de dois anos disciplinado pelo art. 495 do CPC. Após essa data, a falta de citação do litisconsorte implica a decadência do direito de pleitear a rescisão, conduzindo à extinção do processo sem resolução do mérito" (EREsp 676159/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 30/03/2011).

VII - Agravo regimental interposto pelo postulante improvido e embargos de declaração do requerido recebidos como agravo regimental, ao qual se dá provimento (AgRg no AgRg no REsp. 1.064.919/PR, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 10.11.2014).

9. Hipótese, assim, diversa é o caso dos autos, em que

a Corte assegura ter tomado as devidas providências para a habilitação dos sucessores, restando infrutífera tal intenção.

10. Ademais, o Tribunal *a quo* deixou de conhecer ao Agravo de Instrumento ante a falta de capacidade postulatória do signatário e a ausência de interesse recursal.

11. Tal entendimento do acórdão recorrido encontra amparo na jurisprudência desta Corte, segundo a qual o falecimento da parte extingue, de imediato, o mandato outorgado ao advogado. Revela-se, assim, a nulidade da interposição do recurso de Agravo de Instrumento, porquanto promovida em nome de pessoa inexistente e por procurador sem mandato.

12. Confirmando tal diretriz, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ÓBITO DA EXEQUENTE. EXTINÇÃO DO MANDATO. SUCESSORES. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO POR ADVOGADO QUE NÃO POSSUI PROCURAÇÃO NOS AUTOS, AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE E CAPACIDADE POSTULATÓRIA.

1. Não se pode conhecer da alegada vulneração do art. 1.022 do CPC/2015, pois, nas razões do especial, a parte recorrente deduz argumentação genérica de que as questões postas nos Aclaratórios interpostos na origem não foram respondidas, sem expor, de forma clara e específica, quais pontos seriam esses e qual a relevância para solução da controvérsia. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Hipótese em que o Tribunal a quo não conheceu do recurso de Apelação, tendo em vista que o signatário da petição não possui procuração nos autos outorgada por eventuais herdeiros.

3. O Código de Processo Civil/1973 estabelece, em seus artigos 43, 265, I, e 1.055 (arts. 110, 313, I, e 687 do CPC/2015), que, em caso de morte de qualquer das partes, deve o feito ser suspenso até a efetiva substituição pelo respectivo espólio ou sucessores, através de procedimento de habilitação.

4. Por sua vez, o artigo 682, II, do Código Civil dispõe que, com a morte do mandante extingue-se o mandato, carecendo, assim, o requerente de legitimidade e de capacidade postulatória.

5. Com efeito, é inexistente o recurso de Apelação interposto por

advogado sem procuração nos autos. Inteligência do parágrafo único, do artigo 37 do CPC/1973 (art. 104 do CPC/2015).

6. Como é cediço, a existência da pessoa natural, nos termos do artigo 6º do Código Civil, termina com a morte, fazendo cessar a aptidão para ser parte de relação processual. Assim, com o falecimento de Amenaide Carvalho dos Santos, seu advogado não poderia ter desafiado o recurso de Apelação, porque não mais detinha poderes, já que o mandato é contrato personalíssimo e tem como uma de suas causas extintivas, nos termos do inciso II, do artigo 682 do CC, o óbito do mandatário.

7. O entendimento adotado pelo acórdão recorrido está em conformidade com a orientação jurisprudencial do STJ, segundo a qual o falecimento da parte extingue, de imediato, o mandato outorgado ao advogado. Revela-se, assim, a nulidade da interposição do recurso de Apelação, porquanto promovida em nome de pessoa inexistente e por procurador sem mandato.

8. Recurso Especial não conhecido (REsp. 1.760.155/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.3.2019).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES EM AÇÃO RESCISÓRIA. AUTOR FALECIDO ANTERIORMENTE AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA ORDINÁRIA. EXTINÇÃO DO MANDATO. INCAPACIDADE PARA SER PARTE. ILEGITIMIDADE PARA O PROCESSO. COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. TÍTULO EXECUTIVO INEXIGÍVEL. EMBARGOS NÃO PROVIDOS.

1. A morte do mandante extingue automaticamente os efeitos do mandato, nos termos do art. 1316, II do CC de 1916 ou do art. 682, II do CC de 2002.

2. O art. 1321 do Código Civil de 1916 destina-se, ordinariamente, aos mandatos extrajudiciais em que os interesses das partes e de terceiros são convergentes e não ao mandato judicial, como no presente feito, em que o terceiro - demandado na ação de conhecimento - deseja, em realidade, resistir à pretensão do falecido mandante.

3. Por sua vez, o Código Civil de 2002 em seu art. 692, expressamente, dispôs que o mandato judicial é regulado pela legislação processual e a solução encontrada no âmbito processual não difere da que prevista no art. 682, II do CC de 2002 (art. 1316, II do CC de 1916), isto é, os efeitos do mandato extinguem-se com a morte, razão pela qual se o outorgante do mandato falecer antes do ajuizamento da ação, este contrato estará extinto, devendo ser outorgados novos poderes pelo inventariante ao advogado, agora em nome do espólio (art. 12, V do CPC), sob pena de extinção do processo

sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI do CPC.

4. Nos casos de morte da parte no curso do processo, também a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a suspensão é automática, a decisão tem efeito ex tunc e eventuais atos praticados após o falecimento são nulas em razão da mesma causa: a morte do mandante extingue automaticamente os efeitos do mandato. Nesse sentido: REsp n. 270.191/SP, Terceira Turma, Rel. Ministro Ari Pargendler, Rel. p/ Acórdão Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 8/4/2002 e EREsp n. 270.191/SP, Corte Especial, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 20/9/2004. Da mesma forma, recente decisão do Ministro Celso de Mello no AgReg. no Recurso Extraordinário com Agravo no. 707037/MT, publicado no DJE no. 214, 29/10/12.

5. A morte do autor anteriormente à propositura da demanda de conhecimento é, portanto, fato jurídico relevante para se declarar a inexistência do processo judicial em relação a ele, eis que a relação processual não se angularizou, nunca existiu, não se formou validamente, à míngua da capacidade daquele autor para ser parte e, por conseguinte, extinguiu-se, ao mesmo tempo, o mandato outorgado ao advogado, carecendo a relação processual de pressuposto de desenvolvimento válido e regular, qual seja, aquele relativo à capacidade postulatória. Nesse sentido: AR n. 3.285/SC, Terceira Seção, Rel. Ministro Nilson Naves, Rel. p/ Acórdão Ministro Felix Fischer, DJe de 8/10/2010.

Embargos infringentes não providos (EAR 3.358/SC, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, Rel. p/Acórdão Ministro FELIX FISCHER, DJe 4.2.2015).

13. Do mesmo modo, também se releva em harmonia com a jurisprudência do STJ a extinção da execução, sem resolução de mérito, na hipótese de inércia injustificada do exequente, após a tomada das medidas de que dispõe o Juízo para a habilitação dos sucessores. Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MORTE DO EXECUTADO. FIXAÇÃO DE PRAZO AO EXEQUENTE PARA HABILITAÇÃO DOS SUCESSORES. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto pela União contra decisão que, em razão do óbito do executado, fixou o prazo de 180 dias, para que ela, exequente, providenciasse a habilitação do espólio ou do(s) herdeiro(s), na forma do art. 1.055 e seguintes do CPC, sob pena de extinção do feito, sem julgamento de mérito.

2. Compete ao exequente o ônus de indicar os sucessores do

Superior Tribunal de Justiça

executado falecido para fins de habilitação, sob pena de extinção da execução, em decorrência da inviabilidade de seu regular desenvolvimento, nos termos do art. 267, IV, do CPC.

3. É razoável a fixação de prazo para habilitação dos sucessores, assegurada a possibilidade de o exequente, dentro de tal prazo, peticionar sua dilação quando fundamentadamente demonstrar sua exiguidade. A extinção do feito, sem resolução de mérito, deve ocorrer, portanto, somente na hipótese de inércia injustificada do exequente.

4. Recurso Especial não provido (REsp. 1.469.784/PE, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 31.3.2015).

14. Ante o exposto, nega-se provimento ao Recurso Especial do Particular.

15. Publique-se.

16. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR